

A REGIÃO E OS ILHÉUS DO ARQUIPÉLAGO DE ILHA GRANDE

Amalia Maria Goldberg Godoy

GODOY¹, A.M.G. A região e os ilhéus do arquipélago de Ilha Grande. *Arq. ciên. vet. zool., UNIPAR*, 3(2): p. 125-137, 2000.

RESUMO: As atividades econômicas conflitantes com a legislação vigente no noroeste do Estado do Paraná originaram, primeiramente, a criação de Áreas de Proteção Ambiental e, em setembro de 1997, do Parque Nacional de Ilha Grande, situado no alto rio Paraná. Nesse contexto, o presente trabalho⁽²⁾ objetiva apresentar a situação sócio-econômica e ambiental da população que será retirada de sua base de subsistência material e cultural ao ser deslocada para áreas urbanizadas e problemáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Ilha Grande, ilhéus, rio Paraná

THE REGION AND THE COMMUNITY OF ILHA GRANDE

GODOY, A.M.G. The region and the community of Ilha Grande. *Arq. ciên. vet. zool., UNIPAR*, 3(2): p. 125-137, 2000.

ABSTRACT: In response to the lawless economic activities currently practiced in the northwest State of Paraná there were initially created environmental protection areas, followed by the foundation of the Ilha Grande National Park, located alongside the Paraná river, in September 1997. In this context, the present paper aims to show the social and economical situation of the community that are about to be removed of its material and cultural basis of subsistence, when being dislocated to problematic urbanized areas.

KEY WORDS: Ilha Grande, community, Paraná river

LA REGIÓN Y LOS ILHÉUS DEL ARQUIPÉLAGO DE ILHA GRANDE

GODOY, A.M.G. La región y los ilhéus del arquipélago de Ilha Grande. *Arq. ciên. vet. zool., UNIPAR*, 3(2): p. 125-137, 2000.

RESUMEN: En contestación a las actividades económicas ilícitas actualmente practicadas en el noroeste del Estado de Paraná, se crearon allí inicialmente áreas de protección ambiental, seguidas por la fundación, en septiembre de 1997, del Parque Nacional de Ilha Grande, localizado junto al río de Paraná. En este contexto, el objetivo de este artículo es mostrar la situación social y económica de la comunidad que está cerca de ser quitada de su base de subsistencia material y cultural, y dislocada a áreas urbanizadas problemáticas.

PALABRAS-CLAVE: Ilha Grande, comunidad, río Paraná

¹ Docente do Departamento de Economia e do Curso de Mestrado e Doutorado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, ambos da Universidade Estadual de Maringá – PR. Av. Colombo, 5790 - CEP 87020-900 - Maringá-PR - Brasil.

² Este trabalho somente foi possível devido a participação dos alunos do curso de Mestrado e Doutorado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais do ano de 1998. Palestra apresentada no I Simpósio sobre Pesquisa e Biodiversidade no Parque Nacional de Ilha Grande, ocorrido na Universidade Paranaense – UNIPAR, no período de 27 a 29 de maio de 1999.

Introdução

O Complexo do Arquipélago de Ilha Grande é constituído por mais de 40 ilhas e ilhotas fluviais que somam uma área de aproximadamente 700 km² localizadas no alto rio Paraná, a montante do reservatório de Itaipu. No entanto, poucas são habitadas: depois de Ilha Grande, a segunda em termos de ocupação é a Ilha do Jacaré ou Ilha Bandeirantes. Jurisdicionalmente pertence aos municípios de Vila Alta, São Jorge do Patrocínio, Altônia, Icaraíma e Guaíra, no Estado do Paraná.

A Ilha Grande está situada na fronteira entre os estados do PR e MS. É a maior ilha do arquipélago, com 120 quilômetros de comprimento no sentido norte-sul e largura variável entre 2,5 a 6 km. O acesso se faz por Porto Figueira, no Paraná, por meio de uma balsa. Uma estrada de 22 quilômetros de terra batida corta a ilha no sentido diagonal: seu término é no porto Santo Antônio, que também oferece traslado de carros e pedestres por balsa até Mato Grosso do Sul. A maioria das famílias mora entre o Porto Figueira e o Porto Santo Antônio, em Ilha Grande.

A origem dos ilhéus e a existência de uma área vazia relativamente extensa permite supor que a área serviu de refúgio da população expulsa da região, principalmente, pela retração do mercado de trabalho. A ocupação de Ilha Grande é recente, a partir da década de 60. Situada numa região onde a economia é dinâmica, ao invés de estagnada, a Ilha Grande está situada numa região onde predominam as relações de produção típicas do capitalismo.

A região de entorno

Os métodos inadequados de manejo do solo degradado, o uso irracional das terras para pastagens e lavouras verificados a partir da colonização da região e decorrentes da devastação desenfreada da cobertura florestal desencadearam sérios problemas ambientais para a população ribeirinha e de ilhéus do rio Paraná. Entre 1950 e 1970 foram eliminados 50 mil km² de mata pluvial nativa, acelerando o processo de erosão e assoreamento dos rios (MONTROYA, 1992) e alterando a quantidade de peixes

existentes devido à redução na disponibilidade de frutos, folhas e insetos utilizados em sua alimentação. Isso sem entrar na discussão sobre os impactos das hidrelétricas sobre os recursos naturais e as populações ribeirinhas.

Enquanto impactos sociais, as mudanças das culturas resultaram que grande parte das terras passaram a pertencer a empresários e grandes proprietários, que mantém a pecuária como fonte principal de lucro. As lavouras estão geralmente voltadas às culturas temporárias o que contribui para agravar a crise econômica nesta região. Tanto a pecuária quanto as culturas temporárias não oferecem trabalho em medida adequada e, principalmente durante todo o ano, para a mão-de-obra existente. O número de pessoas sem ocupação tende a aumentar na época da "piracema", que é a época em que os pescadores ficam proibidos de pescar, mas que continuam a ter necessidade de sustentar sua família. Essa população busca trabalho encontrando, praticamente, duas situações que podem, inclusive ocorrer ao mesmo tempo: 1) dependendo da região a piracema coincide com a entressafra na agricultura o que os faz percorrer longas distâncias em busca de trabalhos temporários; 2) a outra situação encontrada, e que não difere do restante do país, é dada pela oferta abundante de mão-de-obra e as poucas opções de trabalho que ocasionam baixíssima remuneração e o abandono das cidades à procura de melhores condições de vida e de trabalho. Esses processos conjuntos resultaram no esvaziamento das cidades, a concentração de terra e a divisão da terra daqueles que já tinham pouca, tornando-as ainda menores.

Existe um processo de exploração da terra relativamente comum aos municípios da região em estudo, o que permite dizer que estes passaram a apresentar basicamente os mesmos impactos sócio-ambientais. Verifica-se a predominância de sítios médios e pequenos com plantações de café, milho, feijão e algodão bem como a criação do bicho da seda e de galinhas. As fazendas de médio e grande porte voltam-se, em sua grande maioria, para a criação de gado nas áreas ribeirinhas. A maioria dos municípios situados à margem do Rio Paraná diminuiu a sua população na década de 70, devido, principalmente, pela expulsão do trabalhador do

campo.

Nas ilhas do rio Paraná, parte do contingente de ilhéus que abandonaram suas posses em razão das grandes cheias de 1982/1983 retornou. Uma das causas principais do retorno foi que esta população ao se deslocar para o continente encontrou uma economia que tinha mudado, agora era baseada na pecuária e em tecnologias poupadoras de mão-de-obra e não teve maiores opções de sobrevivência.

Na região estudada verifica-se, portanto, a concentração de terras e a divisão de terras daqueles que já tem pouca, tornando-as menores e menos propícias à produção. A expansão da pecuária e das culturas temporárias, além de ocasionar graves desequilíbrios ambientais, tiveram como conseqüências a expulsão do homem do campo e a migração, principalmente da população jovem que sai à procura de trabalho fora do município. A falta de opções de trabalho acaba por gerar a falta de perspectivas de desenvolvimento para a cidade (GODOY & EHLERT, 1997).

Tais problemas afetam, de modo especial, os pescadores, que são prejudicados com a devastação florestal que provoca o assoreamento⁽³⁾ dos rios, a poluição criminosa dos rios pelos agrotóxicos utilizados pelas grandes plantações que prejudicam a renovação dos recursos pesqueiros e ainda enfrentam problemas com o IBAMA e o IAP. Além disso, devido a sua dispersão territorial e a sua fraqueza em termos de categoria, os pescadores sofrem com a dependência de intermediários e comerciante, que impõem o preço e a forma de pagamento. A baixa renda, as doenças provocadas pela umidade, o alto índice de analfabetismo, a carência de habitação e saneamento só vem a agravar a situação dos mesmos.

A extração da *Pfaffia aglomerata* nas ilhas, conhecida como ginseng brasileiro, move um mercado de trabalho que gera emprego o ano inteiro e em maior proporção na época da colheita. A matéria-prima, a raiz do ginseng apelidada de "batata", é comprada dos "batateiros" que vivem na região (que, em sua maioria, são pescadores) e o produto processado é vendido para Londrina, Curitiba e São Paulo.

O processo de colheita do ginseng é altamente desequilibrador do ambiente. São os fazendeiros que, em geral, realizam as queimadas nas ilhas para a entrada do gado e, com isso, facilitam a tarefa dos batateiros de arrancar as "batatas" do chão. No entanto, as cinzas das queimadas, ao entrarem em contato com as guelras dos peixes, nas enchentes, podem matá-los. O processo de queimada afeta, também, as árvores frutíferas que alimentam os peixes.

Outra atividade econômica que se destaca é a extração de areia. Praticada ao longo do rio Paraná além de ser desequilibrador do ambiente, tem a característica de ofertar poucos empregos e a tendência a ser exercida por poucas empresas.

Completando o quadro, conforme FUEM/PADCT-CIAMB (1995), um terço da população que vive nos municípios à beira do rio Paraná, tanto na margem esquerda quanto na direita, são considerados indigentes, ou seja, seus rendimentos mensais permitem, no máximo, a aquisição da cesta básica de alimentos que atendam os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/ONU, espelhando o processo sócioeconômico existente e a necessidade de reversão ou, pelo menos, minimização do processo.

Como a maioria das atividades desenvolvidas na área é conflitante com a legislação ambiental vigente, vários organismos institucionais exerceram pressões para a retirada do gado das várzeas e ilhas e proibição da extração da *Pfaffia aglomerata*.

Como primeiros resultados foram criadas três Áreas de Proteção Ambiental (APAs) no arquipélago de Ilha Grande, formadas pelos municípios de Altônia (275,23 Km²; junho/94), São Jorge do Patrocínio (217,11 km², junho/94) e Vila Alta (195,67 km², fevereiro/93), que passam a ter restrição em seu uso (CORIPA, 1996).

Em dezembro de 1994 foi criada uma estação ecológica com área de aproximadamente 283,66 km², que inclui toda a área central de Ilha Grande, passando a ser restrita a estudos e pesquisas. Com esta estação foi realizado o zoneamento econômico ecológico, via criação de um consórcio: o CORIPA – Consórcio Intermunicipal para Conservação do

³No noroeste do Paraná, os córregos atualmente com 10 a 20 cm de profundidade tinham 2 metros há 15 anos.

Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência - no qual os fiscais ambientais fazem parte de cada município. Em 1997 entra o município de Guaira no consórcio.

Em setembro do mesmo ano, 1997, parte dessas unidades de conservação ambiental foram transformadas no Parque Nacional de Ilha Grande- PNIG- e a estação ecológica deixou de existir.

Considerando que os Parques Nacionais definem-se como “áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidos à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo” e constituem bens públicos “destinados ao uso comum do povo, cabendo às autoridades, motivadas pelas razões de sua criação, preservá-las e mantê-las intocáveis”, seu objetivo principal “reside na preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem” (Decreto nº 84.017, de 21/09/79, art. 1º e parágrafos).

Os parques podem ser criados pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal, por lei (Legislativo) ou decreto (Executivo), em terras sob dominialidade pública. Nos parques, é proibida qualquer forma de exploração de recursos naturais, ressalvada a única exceção de cobrança de ingresso a visitantes, cuja renda deve ser destinada em pelo menos 50% (cinquenta por cento) ao custeio da manutenção e fiscalização, bem como de obras de melhoramentos do parque. Podem ser admitidas outras fontes de recursos naturais. O uso e a destinação das áreas que constituem os Parques devem respeitar a integridade dos ecossistemas naturais envolvidos, condicionada a visitação pública a restrições específicas, mesmo para propósito científicos, culturais, educativos e recreativos. Deve ser elaborado Plano de Manejo, revisto periodicamente, que indique detalhadamente o zoneamento de área total do Parque, além do regimento Interno, que particulariza situações peculiares.

Segundo exposição da diretora do Parque, Dra. Maude Nancy Joalin Motta, em 17 de junho de 1998, existem algumas prioridades a serem observadas para os próximos anos:

a) desenvolvimento econômico sustentável

do entorno da PNIG com o desenvolvimento empresarial, cultural e do ecoturismo com o objetivo de gerar renda e emprego;

- b) Realizar o Plano de manejo do parque o que inclui um programa de pesquisa científica;
- c) Plano de regularização da situação fundiária dado que existem 897 títulos que foram concedidos pelo INCRA e somente 80 famílias moradoras e o fato que o governo tem cinco anos para efetivar essa regularização;
- d) Contribuir para a criação do corredor da biodiversidade do rio Paraná.

Nesse contexto apresentado, algumas questões devem ser levantadas. A primeira é que os ilhéus serão retirados da área do Parque Nacional e remanejados, em grande parte, para uma vila rural, em Vila Alta, que está em fase de construção e está situada a 14 quilômetros de distância do rio Paraná. Essa população passará a habitar uma região onde constatou-se uma crise sócioeconômica, inclusive, com resultados negativos ao meio ambiente. Essa crise é caracterizada pelo fato de que as cidades perdem sua população, basicamente formada por jovens que migram para centros maiores. A população expulsa do campo, não encontrando emprego no setor urbano migra, resultando em municípios que diminuem sua população a cada ano que passa. A maior parte da população que fica está sujeita à oferta de empregos sazonais e à falta de maiores alternativas de sobrevivência na cidade. Esses desequilíbrios afetam a vida dos ilhéus, dos ribeirinhos e, em particular, a dos pescadores artesanais.

Os resultados da implantação das APAs e do Parque Nacional não podem deixar de ser analisados como a expressão da contradição que existe entre a manutenção de focos de “emprego” para as populações e o desequilíbrio ambiental provocado pelos mesmos (como é o caso da *Pfaffia aglomerata*, das olarias existentes, da queima do carvão, da pecuária e tantas outras). Além disso, o processo de retirada dos ilhéus do seu meio cultural e de sobrevivência tem impactos que precisam ser acompanhados.

Materiais e Métodos

Os alunos do ano de 1998 que cursaram a disciplina "Desenvolvimento e Meio Ambiente" do programa de pós-graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais da Universidade Estadual de Maringá tiveram inúmeras discussões que subsidiaram teórica e praticamente a execução deste trabalho: foram realizados seminários envolvendo o tema Áreas de Preservação bem como a apresentação de dados sobre a região de entorno do Parque Nacional de Ilha Grande. Nessa ocasião, a própria Diretora do Parque Nacional esteve presente no curso para a explanação sobre a origem e as propostas para o Parque Nacional de Ilha Grande.

Em junho de 1998 foi realizada uma visita de reconhecimento do local com o objetivo de verificar as vias de acesso, as condições logísticas disponíveis para realizar as entrevistas e para estabelecer um primeiro contato com os moradores da Ilha.

Ao retorno da visita, decidiu-se trabalhar primeiramente com os moradores da ilha que seriam transferidos para a vila rural, em Vila Alta, o que significava pesquisar as 54 famílias que estavam inscritas no programa vila rural.

Com base nas informações coletadas no Parque Nacional e objetivando as famílias que seriam remanejadas elaborou-se um questionário a ser utilizado para a obtenção de dados que permitissem caracterizar a situação sócioeconômica e ambiental dos ilhéus bem como averiguar alguns problemas enfrentados por esta população.

O questionário constou de inúmeras variáveis, entre elas, origem geográfica,

composição familiar, faixa etária, grau de escolaridade, atividade ocupacional, formas de ocupação e uso do solo, condições infra-estruturais da moradia e perspectivas futuras da família. A maior preocupação na elaboração foi que o mesmo permitisse comparar ao longo do tempo as modificações que haveriam com a família atingida pelas mudanças em curso.

Os dados foram coletados através de entrevistas diretas com os moradores. As entrevistas foram realizadas pelos integrantes da disciplina, com o apoio logístico do Nupélia/UEM e da direção do Parque Nacional, em agosto de 1998. O questionário foi digitado em um banco de dados. Para a obtenção de dados foi utilizado o programa STATISTICA™.

Foram entrevistadas 26 famílias, sendo que 3 famílias não eram residentes na ilha. Portanto, foram computados os dados de 23 famílias residentes dentro do limite do Parque, ou seja, 47% dos moradores que iriam morar na vila rural.

Resultados do levantamento

Em primeiro lugar é preciso deixar claro que os resultados ora apresentados são preliminares e, portanto, indicativos do que pode estar ocorrendo com a população estudada.

As características dos ilhéus

Dentro do limite da área do arquipélago do parque foram entrevistadas 23 famílias, totalizando 113 pessoas. As pessoas estavam na faixa etária entre 0 a 70 anos de idade, conforme a tabela 1.

Tabela 1. Faixa etária dos ilhéus do Parque Nacional de Ilha Grande, 1998

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO		FEMININO		TOTAL
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	
0 a 6	6	42,8	8	57,1	14
7 a 14	9	42,9	12	52,1	21
15 a 20	6	30,0	14	70,0	20
21 a 30	12	80,0	3	20,0	15
31 a 40	3	30,0	7	70,0	10
41 a 50	3	27,3	8	72,8	11
51 a 60	9	64,3	5	35,7	14
61 ou +	7	87,5	1	12,5	8
TOTAL	55	48,7	58	51,3	113

Fonte: pesquisa de campo, 1998

Analisando a tabela pode-se dizer que há um relativo equilíbrio entre homens e mulheres no arquipélago. No entanto, há indícios de que na faixa de 15 a 50 anos ocorre maior percentual de mulheres na ilha, enquanto que na faixa acima dos cinquenta anos passa predominar o homem. Tal situação pode estar indicando que os homens desta faixa etária podem estar saindo da ilha à procura de emprego em outros locais. Embora haja a necessidade de terminar o levantamento e de um maior aprofundamento quanto as relações

de parentesco estabelecidas pelas famílias pesquisadas, percebe-se que os homens casam, em geral, com mulheres em faixa etária mais jovem; que existem mulheres separadas com filhos e pais separados de filhos que moram sozinhos na ilha, ou seja, após a separação um ficou com a guarda dos filhos morando no setor urbano ou em outra região.

Procurou-se, também, observar quantos ilhéus estudavam e qual a faixa etária, conforme a tabela 2.

Tabela 2: Faixa etária dos que estudam no arquipélago de Ilha Grande, 1998

FAIXA ETARIA	SIM		NÃO		TOTAL
	q	%	Q	%	Q
0 a 6	5	35,7	9	64,3	14
7 a 14	16	76,2	5	23,8	21
15 a 20	7	35,0	13	65,0	20
21 a 30	1	6,7	14	93,3	15
31 a 40	2	20,0	8	80,0	10
41 a 50	-	-	11	100,0	11
51 a 60	-	-	14	100,0	14
61 ou +	-	-	8	100,0	8
TOTAL	31	27,4	82	72,6	113

Fonte: pesquisa de campo, 1998

OBS.: SIM = Estudam; NÃO = não estudam

Pode-se apontar que 73% dos residentes não estudam e apenas 27% estudam. Ao se analisar a faixa etária, pode-se observar que uma parcela das crianças de 0 a 6 anos estão na pré-escola, 35%. No entanto, na faixa de 7 a 14 anos, isto é a de ensino obrigatório, estudam apenas 76%, ou seja, existem crianças que estão fora da

escola. A partir dessa faixa, isto é, a partir do momento em que deveria ser completado o antigo ensino primário passa a ser difícil o ilhéu estudar.

Pode-se dizer, também, que todas as crianças que moram com os pais na ilha estudam na escola da ilha, como pode ser observado na tabela 3.

Tabela 3: Local de estudo por família, arquipélago Ilha Grande, 1998.

LOCAL	QUANTIDADE	%
Escola da ilha	6	26,1
Escola municipal	1	4,3
Não estudam	13	56,5
Não tem filhos /separado	3	13,0
TOTAL	23	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 1998

Pode-se apontar que as famílias que moram na ilha e tem crianças em idade escolar, utilizam a escola situada na ilha. Somente uma família tem criança estudando no município (fazendo o colegial).

Diversos motivos podem estar colaborando para essa situação que é diversa:

- a) a escola oferece apenas o ensino até o quarto ano;
- b) são poucos os que continuam a estudar

- além do primário, pois, a maioria está envolvida em atividades que auxiliam financeiramente na casa;
- c) a escola serve também para alimentar as crianças, o que contribui para a sua presença;
 - d) pode-se apontar que o fato de haver uma sala de aula no PNIG contribuiu de maneira extraordinária para a

escolarização formal das crianças, dado que todas as crianças que estavam estudando moravam na ilha. As que estudavam fora da ilha era porque estavam em cursos não oferecidos na ilha ou os pais eram separados.

Quanto à educação formal dos ilhéus tem-se a Tabela 4:

Tabela 4: Educação formal por faixa etária, arquipélago Ilha Grande, 1998

FAIXA ETARIA	ANALF		PRIMINC		PRIMCOMP		GINASIAL		COLEGIAL		TOTAL	
	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
7 a 14	12	10	3	61	1	5	5	4	0	-	21	100
15 a 20	1	5	9	5	2	10	7	5	1	5	20	100
21 a 30	2	13	9	60	3	20	0	-	1	7	15	100
31 a 40	1	10	7	70	2	20	0	-	0	-	10	100
41 a 50	4	36	6	5	1	9	0	-	0	-	11	100
51 a 60	7	50	6	43	1	7	0	-	0	-	14	100
61 ou +	6	75	2	25	0	-	0	-	0	-	8	100
TOTAL	33	33	42	43	10	10	12	12	2	2	99	100

Fonte: pesquisa de campo, 1998

OBS: ANALF= analfabeto; PRIMINC= primário incompleto; PRIMCOMP = primário completo

Retirando a faixa etária que, em princípio, não estaria freqüentando o primário, ou seja a faixa de 0 a 6 anos, a maioria dos entrevistados apresentou baixo nível de escolaridade: 33% eram analfabetos. Após os 40 anos de idade aumenta bastante a presença de analfabetos.

Do total, 76% não concluíram o primário e é insignificante a presença de ilhéus com maior escolaridade: somente 2%. Verifica-se, também, um atraso na escolaridade formal em relação à idade.

Quanto ao trabalho exercido pelos ilhéus

é necessário esclarecer que se considerou trabalho qualquer tarefa que possibilitasse a sobrevivência da família, seja ela remunerada ou não. Além disso, para não ocorrer uma superestimação de pessoas que não trabalhavam no arquipélago separou-se, entre as mulheres que se declararam trabalhando, aquelas que eram somente donas de casa.

Procurou-se detectar, também, aqueles que no momento da entrevista não estavam trabalhando. Como resultado da tipificação tem-se a tabela 5:

Tabela 5: Atividades exercidas pelos ilhéus, arquipélago de Ilha Grande, 1998

FAIXA ETARIA	SO T RAB.		SO E ST.		TRAB /EST.		NT/ NE		DONA CASA		TO TAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0 a 6	-	-	5	35,7	-	-	9	64,3	-	-	14	100,0
7 a 14	3	14,4	12	57,1	4	19,0	2	9,5	-	-	21	100,0
15 a 20	6	30,0	4	20,0	3	15,0	3	15,0	4	20,0	20	100,0
21 a 30	11	73,3	1	6,7	-	-	1	6,7	2	13,3	15	100,0
31 a 40	4	40,0	-	-	2	20,0	1	10,0	3	30,0	10	100,0
41 a 50	9	81,8	-	-	-	-	-	-	2	18,2	11	100,0
51 a 60	12	85,7	-	-	-	-	-	-	2	14,3	14	100,0
+ 61	7	87,5	-	-	-	-	-	-	1	12,5	8	100,0
TOTAL	52	46,0	22	19,5	9	8,0	16	14,1	14	12,4	113	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 1998

Obs.: TRAB. = trabalha; EST.= estuda; NT/NE = não trabalha e não estuda

Pode-se apontar para o fato de que 46% dos entrevistados somente trabalhavam no momento da entrevista. Basicamente metade da população na faixa etária dos 7 aos 14 anos, a de estar cursando o ensino obrigatório, está somente estudando, o restante trabalha e estuda ou só trabalha ou não tem nenhuma atividade. Entre os que não trabalham e nem estudam, total de 16 ilhéus, verificou-se a presença de 5, ou seja 30%, que estão com mais de 14 anos. Esta

situação de não ter qualquer ocupação merece maior aprofundamento em termos de pesquisa.

Existem crianças trabalhando na ilha, algumas estão só trabalhando enquanto outras trabalham e estudam. Esses trabalhos se dão geralmente no sentido de ajuda à família na roça ou para acompanhar o pai na pesca.

Pode-se dizer que quanto maior a faixa etária maior é o percentual de pessoas que trabalham. A Tabela 6 apresenta o local de trabalho:

Tabela 6: Local de trabalho e motivos de não trabalho, arquipélago de Ilha Grande, 1998

FAIXA ETARIA	Trabalha na ilha		Trabalha fora da ilha	
	Quantidade	%	Quantidade	%
0 a 6	-	-	-	-
7 a 14	6	85,7	1	14,3
15 a 20	6	66,7	3	33,3
21 a 50	16	61,5	10	38,5
51-60	12	100,0	-	-
61 anos ou mais	7	100,0	-	-
TOTAL	47	75,8	14	24,2

Fonte: pesquisa de campo, 1998

A ilha é uma grande fonte de atividades e de sobrevivência desta população seja ela jovem ou não. No entanto, pode-se apontar para uma tendência que, também ocorre em nível nacional, de que o jovem está com maior dificuldade de se inserir no mercado de trabalho existente fora da ilha, pois, é na faixa dos 15 aos 20 anos que se encontra maior percentual de jovens que não estão trabalhando. Pode-se apontar também que os ilhéus na faixa de 15 a 50 anos procuram trabalho fora da ilha, no entanto, é baixo o percentual daqueles que o conseguem.

A partir dos 50 anos, a ilha passa a ser a fonte de sobrevivência desta população.

Além do trabalho exercido pelos ilhéus existe como forma de complementar da renda e, mesmo sobrevivência de muitas famílias, a venda dos produtos originados do trabalho familiar, tais como a pesca e a criação de frangos.

Para se ter uma idéia da dependência do meio natural para a sobrevivência das famílias, levou-se em conta o que era consumido, o produzido e o comercializado pelas famílias, como se pode observar na tabela 7:

Tabela 7: Produtos alimentares e número de familiares que produzem, consomem e vendem na Ilha Grande

PRODUTOS	CONSUME		PRODUZ/PESCA		VENDE	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Arroz	20	87	3	13	-	-
Feijão	17	74	6	26	4	17
Farinha	18	78	-	-	-	-
Pão/bolo	14	61	3	13	-	-
Macarrão	19	82	-	-	-	-
Milho verde	12	52	7	30	3	13
Frutas/verdura	16	70	7	30	1	4
Café	20	87	1	4	-	-
Peixe	18	78	10	43	12	52
Leite	10	43	3	13	1	4
Frango	14	61	11	48	4	17
Ovos	15	65	10	43	2	8
Carne	11	48	-	-	-	-

Fonte: pesquisa de campo, 1998

Como se pode observar, a primeira fonte de consumo e renda é proveniente da pesca seguido da venda de frango, feijão e ovos. Se, no entanto, compararmos a quantidade de famílias envolvidas nas atividades citadas tem-se que a maioria delas dependem da pesca para sua subsistência: mais de 50% das famílias sobrevivem ou tem como uma das fontes

alternativas de renda a venda do peixe enquanto que a venda do frango, ovos e feijão está concentrada nas mãos de poucas famílias.

As condições de moradia

Primeiramente, analisou-se a área total ocupada por família, observa-se a tabela 8

Tabela 8: Metragem total da moradia, arquipélago Ilha grande, 1998

METRAGEM (em m ²)	Quantidade	%
menos de 20	5	21,7
de 20 a 30	5	21,7
de 30 a 40	2	8,7
de 40 a 50	3	13,0
de 50 a 70	3	13,0
mais de 120	5	21,7
TOTAL	23	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 1998

Cerca de 65% das famílias habitam casas com até 50 m². Das cinco famílias que habitam casas com mais de 120 m², quatro famílias são de caseiros indicando que as construções maiores (com melhor acabamento e infraestrutura) denominadas de “clubes”, cujos proprietários são médicos, advogados e outros

profissionais que vivem nas cidades são cuidadas por ilhéus (geralmente moradores antigos). A quinta família moradora é grande e constituída por 11 filhos.

Observou-se, também, a quantidade de cômodos da casa por família, conforme pode ser visto na Tabela 9:

Tabela 9: Quantidade de cômodos e número de famílias, arquipélago Ilha Grande, 1998

NÚMERO DE CÔMODOS	Quantidade de famílias	%
1	4	17,4
2	4	17,4
3	7	30,4
4	3	13,0
5	1	4,3
7	1	4,3
10	3	13,0
TOTAL	23	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 1998

Pode-se apontar que a maioria das casas pesquisadas tem até 3 cômodos, ou seja, 65,2%. Se somarmos as casas com 4 cômodos esta cifra sobe para 78,2%, um percentual alto para ser ignorado. As poucas casas com maior número de cômodos são,

em sua maioria, de clubes ou da única exceção encontrada que é de uma família muito numerosa (11 filhos).

Quanto ao tempo de residência no arquipélago de Ilha Grande, obteve-se a Tabela 10:

Tabela 10: Tempo de residência das famílias no arquipélago de Ilha Grande, 1998

TEMPO DE RESIDÊNCIA	Quantidade	%
0 a 3 anos	2	8,70
3 a 5 anos	1	4,35
6 a 10 anos	1	4,35
10 a 20 anos	6	26,09
21 a 30 anos	10	43,48
30 ou mais	3	13,04
TOTAL	23	100,00

Fonte: pesquisa de campo, 1998

Observa-se a maioria dos moradores do arquipélago são antigos, isto é, com mais de 10 anos residência (82%). Da amostra analisada, somente 4 famílias tinham até 6 anos de

residência na ilha.

Quanto ao tempo de residência no arquipélago de Ilha Grande e a posse de algum documento da terra, observa-se a tabela 11:

Tabela 11: Tempo de residência das famílias e recibo da terra, arquipélago Ilha Grande, 1998

TEMPO DE RESIDÊNCIA	Quantidade	ITR	RECIBO	INCRA	NÃO TEM
0 a 3 anos	2	-	-	-	2
3 a 5 anos	1	1	-	-	-
6 a 10 anos	1	-	1	-	-
10 a 20 anos	6	-	1	-	5
21 a 30 anos	10	-	2	3	5
30 ou mais	3	-	-	-	3
TOTAL	23	1	4	3	15

Fonte: pesquisa de campo, 1998

Um dos problemas existente e a ser enfrentado pelas autoridades competentes seguramente é o da posse da terra. Embora a grande maioria, 87%, more há mais de 10 anos no local cerca de 65% das famílias não tem qualquer tipo de documento da terra em que vivem e apenas 3 das 23 famílias tem o documento do INCRA, ou seja, 13%. Quanto

ao ilhéu que paga ITR, a posse da terra ocorre somente após o indivíduo estar na terra há 10 anos e pagando impostos. Os recibos referem-se aos contratos particulares de compra e venda.

Quanto às instalações sanitárias, as condições mostram-se precárias, como se pode observar na tabela 12:

Tabela 12: Localização das instalações sanitárias, arquipélago Ilha Grande, 1998

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE	%
Dentro da casa	3	13,0
Fora da casa	11	47,8
Coletiva	1	4,3
Não tem	8	34,8
TOTAL	23	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 1998

Observa-se que apenas 13 % das famílias tem as instalações sanitárias dentro da casa. A forma mais comum é o banheiro estar a poucos metros fora da casa, dos entrevistados, 47,8 % possuíam privada fora da casa, encontrando-se mesmo assim formas bem precárias de instalação.

Outra situação encontrada foi a de não ter qualquer banheiro, utilizando-se o rio ou o mato.

A principal fonte de abastecimento de água dentro da Ilha Grande era o poço, e nas demais ilhas a água era retirada diretamente do rio, como se observa pela tabela 13:

Tabela 13: Origem da água para beber, arquipélago Ilha Grande, 1998

ORIGEM	Quantidade	%
Poço	12	52,2
Rio	9	39,1
Outro	2	8,7
Total	23	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 1998

Pela tabela observa-se que apenas 52,2% das famílias retiram água do poço para beber e 39% retiram água diretamente do rio para beber. A outra forma de origem da água é a água

comprada e/ou a água que é trazida de algum poço de familiares que moram no município.

A tabela 14 mostra se a água sofre algum tipo de tratamento.

Tabela 14: Tratamento da água nas residências, arquipélago Ilha Grande, 1998

TRATAMENTO	Quantidade	%
Filtrada	1	4,3
Sem tratamento	19	82,6
Outro	3	13,0
TOTAL	23	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 1998

Observa-se que apenas em uma família ocorre o tratamento da água. Esta era filtrada e era servida para o bebê. A partir do momento em que este atingir maior idade a água não será

mais tratada. Os demais habitantes da casa bebiam água direto do poço.

Quanto à existência de água encanada, observa-se a tabela 15:

Tabela 15: Existência de água encanada na residência, arquipélago Ilha Grande, 1998

ÁGUA ENCANADA	Quantidade	%
Sim	5	21,7
Não	18	78,3
Total	23	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 1998

Nota-se que apenas 20% das famílias possuem água encanada. São basicamente as casas denominadas de clubes. As demais retiram

do poço e armazenam em baldes.

Quanto ao destino do lixo, tem-se a tabela 16:

Tabela 16: Destino do lixo das famílias, arquipélago Ilha Grande, 1998

TRATAMENTO	Quantidade	%
Queimado	10	43,5
Enterrado	4	17,4
Jogado no mato	7	30,4
Jogado no rio	2	8,7
TOTAL	23	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 1998

Apesar de a direção do parque ter afirmado que ocorre a coleta de lixo na ilha, pode-se dizer que os ilhéus não se adequaram à esse recolhimento e tal situação é um ponto de conflito entre a direção do parque e os ilhéus. Nos caminhos percorridos para a realização das entrevistas, dentro do PNIG, existia lixo jogado. Contribui para essa situação o fato de que o PNIG é cortado por uma estrada de terra que liga num trecho de 22 km duas balsas:

uma que vai da Vila Alta até a Ilha Grande. Chegando na ilha os caminhões, carros e moradores percorrem uma estrada de 22 km de terra batida no final da qual se situa a balsa que liga a Ilha Grande ao Estado do Mato Grosso do sul. Por esta estrada existe lixo jogado pelos transeuntes e por esta população circulante.

Quanto ao tratamento de dentes, observa-se a tabela 17:

Tabela 17: Tratamento de dentes por família, arquipélago Ilha Grande, 1998

TRATAMENTO DE DENTES	QUANTIDADE	%
Sim	6	26,1
Não	17	73,9
Total	23	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 1998

Precisa-se primeiro esclarecer o que foi entendido como tratamento de dentes. O tratamento de dentes não tem o caráter preventivo como é de entendimento nos centros maiores mas assume a característica de arrancar os dentes, portanto todos os que declararam estar fazendo tratamento de dentes era para expressar que estavam arrancando os dentes.

A imunização obrigatória contra doenças contagiosas na faixa etária de 0 a 2 anos atingiu somente 58 % das crianças residentes nas ilhas.

Alguns comentários sobre o futuro

Alguns comentários adicionais podem ser feitos a respeito de algumas respostas específicas dadas pelos ilhéus quando questionados sobre o futuro de suas famílias:

- *“Se for para sair pode até mudar, mas sem dinheiro vou fazer o quê? Todos dizem que aquela terra não produz nada.”*
- *“Continuando por aqui está bom, é melhor. Não quero ir para a vila rural.”*
- *“A vila é boa para as crianças estudarem, mas o custo de vida é alto, por isso vou continuar pescando e plantando.”*
- *“Vou continuar necessitando da pesca para sobrevivência, apesar de morar futuramente na Vila Rural.”*
- *“Espero que melhore.”*

Quanto à questão sobre o que mudou para as famílias após a implantação da APA em 1994, eis algumas respostas:

- *“Piorou porque não posso plantar, passo necessidade, não tenho cesta básica.”*
- *“Atrapalhou por não ter mais as criações.”*
- *“Diminuiu a plantação porque é proibido.”*
- *“Ficou pior, cheio de mato, ninguém plantou mais.”*

Alguns respostas, embora tenham mencionado melhoria, não deixaram claro o que melhorou.

Quanto às mudanças que ocorreram para as famílias após a implantação do Parque Nacional, em 1997, algumas respostas foram:

- *“Piorou.”*
- *“Piorou mais porque não pode plantar, não pode criar animais nem utilizar a madeira para cercar a horta, não tem lugar para fazer horta.”*
- *“Cada vez pior, até a pescaria piorou.”*
- *“Melhorou o ambiente.”*

A impressão que se teve foi de que, para a maioria, viver na Ilha tornou-se inviável em função da proibição do cultivo da terra, da caça e pela restrição da pesca.

Discussão

A pesquisa aponta que a população tem alta dependência do meio natural. O rio Paraná é um elemento presente em sua vida cotidiana. Fornecendo peixe como principal fonte de alimentação, o rio constitui a sua base de sobrevivência. O ritmo das cheias e vazantes exige a adaptação do ilhéu e é manifestado, por exemplo, através das construções das casas sobre estacas. O contato com outras comunidades se faz, geralmente, através do rio. Ao lado da pesca tem-se o plantio de produtos alimentícios em pequenas roças cuidadas pela família. O produto serve para o consumo e para a venda.

A grande maioria da população tem pouca escolaridade e, dentre estes, os jovens estão encontrando dificuldades em arranjar emprego fora da ilha. Os ilhéus acima de 50 anos vivem completamente das atividades exercidas nas ilhas. É uma população cuja maioria enfrenta problemas de infra-estrutura e de saúde: faltam instalações sanitárias, tratamento da água utilizada mesmo os mais simples, tratamento de dentes e vacinação obrigatória. Esta população ao ser deslocada certamente enfrentará mudanças ao ser deslocada para fora da ilha. Mudanças que exigirão adaptações ao meio ambiente construído até aqueles que envolvem a própria sobrevivência.

Nesse contexto, considerando que os dados são indicativos da situação e que a pesquisa terá continuidade no ano de 1.999 é importante levar em conta que a concepção de áreas de preservação que vem sendo implantada pelas instituições ambientais e/ou ambientalistas do Brasil, incluindo as do estado do Paraná, devem ser revistas e avaliadas levando em conta os alguns pontos como segue:

- a) Falta de avaliação dos impactos da criação de parques sobre o modo de vida dos moradores locais;
- b) falta o conhecimento dos destinos das famílias e das estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelas populações que são deslocadas para outros locais;
- c) a maioria dos projetos implantados consideram as populações locais/

nativas como destruidoras do ambiente e desprezam totalmente a possibilidade de incorporá-las aos projetos de conservação, dentre outros.

O conhecimento e a discussão dos impactos econômicos, sociais e ambientais da população residente nas áreas de conservação bem como das conseqüências da sua retirada, certamente, possibilitarão o surgimento de alternativas que vão de encontro às condições específicas de cada região e população e que levem em conta a justiça social e a preservação do ambiente natural.

Referências Bibliográficas

- AGOSTINHO, A. A. Considerações sobre a atuação do setor elétrico na preservação da fauna aquática e dos recursos pesqueiros. In COMASE/ELETROBRÁS. Seminário sobre fauna aquática e setor elétrico brasileiro - Caderno IV : Estudos e levantamentos. Rio de Janeiro : COMASE/ELETROBRÁS, 86p. - Anexo R8. 1994.
- CORIPA – Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência; SENAGRO – Sensoriamento Remoto, 1996. *Zoneamento econômico-ecológico das APA's Intermunicipais de Ilha Grande, Paraná*. Curitiba, 1996. 3 v.: il.
- DIEGUES, A. C. S. Os povos da floresta e do mar merecem respeito. *E & d*, p. 13-16, agosto, 1994. Suplemento.
- DIEGUES, A. C. S. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito da natureza intocada. In: VIEIRA, P. F., MAIMON, D. (Orgs.) *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. APED e UFPA, 1993.
- FUEM/PADCT/CIAMB – *Estudos ambientais na planície de inundação do rio Paraná no trecho compreendido entre a foz do rio Paranapanema e o reservatório de Itaipu*. Maringá:FUEM. 3v. (relatório final do projeto – apoio PADCT/CIAMB), 1995.
- GODOY, Amalia M.G. & EHLERT, Leônidas G. – Porto Rico: a difícil sobrevivência do homem e do meio ambiente. In VAZZOLER, Anna E A, AGOSTINHO, Angelo A & HAHN, Norma S. – *A planície de inundação do alto rio Paraná: aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos*, Maringá: EDUEM: Nupélia, 1997.
- MONTOYA, Luciano J - *Impactos da atividade agrícola nos recursos naturais e sua salvação no Estado do Paraná*. In: XXXI Encontro do SOBER - Ilhéus, 1992 Anais... Ilhéus, 1992.

Recebido para publicação em 29/05/99.

Received for publication on 29 May 1999.

Recebido para publicación en 29/05/99.

Aceito para publicação em 03/01/00.

Accepted for publication on 03 January 2000.

Acepto para publicación en 03/01/00.